MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATÓRIO MG - 2017/063

Aos Administradores do
MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA
Ocara - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

De acordo com a nota explicativa de n° 16, a política de parceria do ChildFund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do ChildFund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é 2017. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos o ChildFund International não se posicionou quanto a desafiliação da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2017.

BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES

Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1
MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

ATIVO	**2016**	**2015**
CIRCULANTE		
Caixa e bancos (nota 4)	1.599	93.727
Adiantamentos	1.455	-
Despesas antecipadas	1.018	133
Total do ativo circulante	**4.072**	**93.860**
NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE		
Imobilizado (nota 5)	54.260	57.875
Total do ativo não circulante	**54.260**	**57.875**
TOTAL DO ATIVO	**58.332**	**151.736**

QUADRO 1 (Página 2)
MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

PASSIVO	**2016**	**2015**
CIRCULANTE		
Obrig. Trabalhistas e tributárias (nota 6)	-	1.527
Provisões de férias e encargos (nota 7)	8.180	8.608
DFC`s a Pagar (nota 8)	-	1
Outras Obrigações	118	1.118
Total do passivo circulante	**8.298**	**11.254**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 9)		
Patrimônio social	132.242	64.294
Reserva de Doação	9.951	8.240
Superávit (déficit) acumulados	(92.160)	67.948
Total do patrimônio líquido	**50.033**	**140.482**
TOTAL DO PASSIVO	**58.332**	**151.736**

QUADRO 2
MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA
Demonstração do Superávit/Déficit
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		
Subsídio do ChildFund Brasil (nota 10)	221.915	248.655
Receita Financeira	2.490	2.144
Subvenções (nota 10)	10.000	50.000
Trabalho voluntário (nota 15)	2.717	3.092
Isenção do INSS (nota 13)	29.856	25.192
Outras receitas	4.425	1.736
	271.403	330.819
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 11)		
Pessoal e encargos	(97.258)	(85.085)
Materiais para programas	(70.529)	(44.902)
Serviços de terceiros	(105.915)	(66.420)
Isenção do INSS (nota 13)	(29.856)	(25.192)
Trabalho voluntário (nota 15)	(2.717)	(3.092)
Depreciacao (nota 11)	(7.374)	(7.037)
Despesas gerais	(46.458)	(29.053)
Despesas bancárias (nota 11)	(3.456)	(1.567)
Despesas de manutenção	-	-
Baixa de bens	-	(524)
	(363.563)	(262.871)
Superávit (déficit) do exercício	**(92.160)**	**67.948**

QUADRO 3
MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de doações	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**77.797**	**6.276**	**(13.503)**	**70.570**
Incorporação ao Patrimônio Social	(13.503)	-	13.503	-
Ajustes do exercicio	-	-	-	-
Reservas de doação	-	1.964	-	1.964
Superavit do exercício	-	-	67.948	67.948
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**64.294**	**8.240**	**67.948**	**140.482**
Incorporação ao Patrimônio Social	67.948	-	(67.948)	-
Ajustes do exercicio	-	-	-	-
Reservas de doação	-	1.710	-	1.710
Deficit do exercício	-	-	(92.160)	(92.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**132.242**	**9.950**	**(92.160)**	**50.032**

QUADRO 4
MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA
Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superávit do exercício	(92.160)	67.948
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	7374	7.037
Baixa de ativos imobilizados	-	602
	(84.786)	75.587
Redução (aumento) nos ativos:		
(-)Adiantamentos	(1.345)	953
(-)Despesas Antecipadas	(886)	(22)
Outros	(110)	-
	(2.341)	931
Aumento (redução) nos passivos:		
(-)Contas a pagar a fornecedores		(900)
(-)Obrigações trabalhistas	(1.527)	325
(-)DFC a Pagar	-	1
(-) Provisões de férias e encargos	(428)	3.318
(+) Outras Contas a Pagar	(999)	310
	(2.954)	3.054
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(90.081)	79.572
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(2.048)	(78)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.048)	(78)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(92.129)**	**79.494**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	93.728	14.234
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.599	93.728
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(92.129)**	**79.494**

MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE

O Movimento de Ajuda Familiar de Ocara – MAFO é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, regido por estatuto social e legislação aplicável. Tem por finalidade a assistência social, a educação infantil, e a assistência às famílias do Bairro Centro do Município de Ocara – CE, bem como a prestação de serviços de assistência social.

Atua na área de assistência social às famílias do Bairro Centro, no Município de Ocara – CE, que são devidamente inscritas e participantes dos programas desenvolvidos por esta entidade.

Mantida pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e de doações especiais de grupos de pessoas ou empresas, a Entidade não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma Assembleia Deliberativa, por um Conselho Fiscal com o mandato de 02 (dois) anos, formado por membros da comunidade.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o exercício findoem 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas. A Entidade esta sujeita ainda à observância da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002R1Entidade sem finalidade de lucros do Conselho Federal de Contabilidade.

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação especifica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

d. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias possam indicar perdas no valor recuperável.

b) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2016	2015
Caixa	31	35
Bancos	(3.746)	1.455
Aplicações financeiras	5.314	92.238
Total	**1.599**	**93.728**

5. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2016	2015
Terrenos	-	5.000	5.000
Edifícios e Instalações	4	39.000	39.000
Máquinas e equipamentos	10	37.364	35.316
Móveis e utensílios	10	6.905	6.195
Equipamentos de informática	20	21.318	20.317
Sub-Total		109.587	105.828
Depreciação acumulada		(55.327)	(47.953)
		54.260	**57.875**

A movimentação do imobilizado durante o período pode ser assim demonstrada:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Total
Saldos em 31/12/2014	**5.000**	**26.485**	**25.088**	**771**	**6.127**	**63.471**
Adições	-	-	78	1.000	965	2.043
Baixas	-	-	(602)	-	-	(602)
Depreciação	-	(1.582)	(3.038)	(167)	(2.250)	(7.037)
Saldos em 31/12/2015	**5.000**	**24.903**	**21.526**	**1.604**	**4.842**	**57.875**
Adições	-	-	2.048	710	1.000	3.758
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.586)	(3.136)	(246)	(2.406)	(7.374)
Saldos em 31/12/2016	**5.000**	**23.317**	**20.438**	**2.068**	**3.436**	**54.259**

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro as obrigações trabalhistas e tributárias apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
FGTS a recolher	-	468
PIS a recolher	-	58
INSS a recolher	-	850
ISS retido a recolher	-	100
Imposto de Renda	-	51
Contribuição Sindical	-	-
Total	**-**	**1.527**

7. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresenta a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	2016	2015
Provisão para férias	7.505	7.897
FGTS sobre férias	600	632
PIS sobre férias	75	79
Total	**8.180**	**8.608**

8. DFC`S (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	2016	2015
Saldo anterior	1	-
DFC's recebidos destinados às Crianças	48.976	73.449
DFC's repassados às Crianças	48.977	(73.448)
Saldo a Repassar para crianças	**-**	**1**

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado'' e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2016, foi aprovada pela administração a incorporação do déficit no montante de R$67.948 referente ao resultado apurado em 2015 (superávit de R$ 13.503 em 2015 referente ao resultado apurado em 2014).

O déficitapurado em 2016 no valor de R$ (92.160) será objeto de aprovação para incorporação no exercício seguinte.

10. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	2016	2015
Subsídio do ChildFund Brasil (FCC)	221.915	248.654
Receita de Convenio Gov Estadual STDS	10.000	50.000
	231.915	**298.654**

11. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas de forma segregada por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação, Contribuições sociais – INSS Quota isenta estando suportadas por documentação hábil.

Entidade atendo ao disposto no Decreto nº 8242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, tendo concedido gratuidades em 2016 no montante de R$ 326.984 (R$ 230.642 em 2015), conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Despesas operacionais	363.563	262.871
Despesas com Isenção Usufruída	(29.856)	(25.192)
Despesas com depreciação	(7.374)	(7.037)
Gratuidades	**326.333**	**230.642**

12. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantinha cobertura de seguros para o seu imobilizado em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

13. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2016, em função de a entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de receitas, e totalizou R$ 29.856 (R$ 25.192 em 2015).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

15. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e grupo de trabalho foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Governança

Descrição	2016	2015
Quantidade de horas	110	119
Valor h/h	23,24	23,21
Valor total - R$	**2.556**	**2.762**

Grupo de trabalho

Descrição	2016	2015
Quantidade de horas	35	72
Valor h/h	4,58	4,58
Valor total - R$	**160**	**330**
Total	**2.717**	**3.092**

16. INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A política de parceria do ChildFund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do ChildFund Brasilem consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é 2017.

* * * * * * *